

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB

Maria Karolina Santos Silva

Os desafios da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil

Brasília, DF - 2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Por

Maria Karolina Santos Silva - 72000989

Trabalho de Conclusão de Curso sob a Orientação da Profa. Dra. Rhaisa Naiade Pael Farias apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, do Centro Universitário de Brasília.

Brasília, DF - 2024

Maria Karolina Santos Silva

Os desafios da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil

Trabalho de Conclusão de Curso sob a Orientação da Profa. Dra. Rhaisa Naiade Pael Farias apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, do Centro Universitário de Brasília.

Brasília-DF, 25 de julho de 2024.

Banca examinadora

Prof. Claudio Amorim dos Santos, Me.

Profa. Sandra Mara Souza Bessa, Me.

Resumo

Este artigo explora os desafios da inclusão das crianças com deficiência na Educação Infantil. Considerando que os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento integral das crianças, a inclusão nesse estágio da educação desempenha um papel significativo na promoção da igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. A partir de uma revisão da literatura sobre o tema, são analisadas políticas educacionais e práticas pedagógicas que promovem a inclusão na Educação Infantil. Como conclusão, este trabalho aponta que a inclusão na Educação Infantil não somente se trata apenas de garantir a presença de crianças com deficiência nas salas de referência, mas sim de criar ambientes de aprendizagem que respeitem e valorizem as diferenças individuais.

Palavras-chaves: Educação Infantil; Inclusão; Desenvolvimento Infantil.

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Fundamentação teórica	7
2.1 O que é a inclusão	7
2.2 O que é a Educação Infantil	9
2.3 A Teoria Histórico-Cultural e sua perspectiva sobre o desenvolvimento humano	10
3. Método	11
3.1 O que é e quais os tipos de pesquisa bibliográfica	11
3.2 O que é revisão narrativa ou tradicional	13
4. Resultados e discussão	13
5. Conclusões	18
Referências	20

1.Introdução

Desde o primeiro contato que tive com estudos sobre crianças com deficiência, durante a disciplina Políticas Públicas e Legislação Educacional do curso de Pedagogia, me apaixonei e quis me aprofundar mais sobre o assunto. Neste trabalho, ao tratar de crianças com deficiência, assumo uma perspectiva global, incluindo os diferentes tipos de deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Voltando a minha história, em meu primeiro estágio, na Educação Infantil, tive a oportunidade de acompanhar uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de 4 anos, e esse contato diário fez com que me apaixonasse ainda mais e desejasse fazer uma especialização no futuro nessa área.

Sabemos que a inclusão das crianças com deficiência é uma realidade complexa e que ainda está em construção. Em meu estágio, observei muitas dificuldades da criança com autismo e dos colegas para lidar com algumas situações, principalmente em momentos de brincadeiras. As crianças acabavam excluindo a criança com autismo por não saber como explicar a brincadeira a ele e por não aceitarem uma maneira diferente do colega brincar que não estava na expectativa deles. Ser aceito no grupo pelos colegas foi um processo bem lento e complicado, os pais da criança com autismo sofriam bastante com toda essa questão, porque sabiam o quanto era complicado todo o caminho a ser percorrido para a inclusão. Ao longo do período do estágio intervi em algumas situações, sempre tentando incluir todas as crianças nas atividades. Não foi uma tarefa fácil, mas ao final, me senti muito feliz, orgulhosa e satisfeita com o desenvolvimento dos estudantes em diversos aspectos, obtendo um resultado satisfatório de todo esse longo processo.

Diante da minha experiência prévia e percepção das barreiras para a inclusão, posso afirmar que a relação entre a Educação Infantil e a educação inclusiva é fundamental para garantir direitos e igualdade de oportunidades para todos. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (Brasil, 2008) enfatizou o acesso à educação para pessoas com deficiência sensorial, física, intelectual e TEA, mudando a limitação do esquecimento histórico dessas políticas públicas. Essa abordagem reflete a necessidade de um olhar aberto sobre toda a diversidade humana, indo além das minorias tradicionais.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo principal refletir sobre os desafios da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil e apresentar proposições para ações que contribuam para minimizar o preconceito e promovam ações de acolhimento, respeito e compreensão entre as crianças.

Esta é uma pesquisa de revisão bibliográfica narrativa de cunho qualitativo que analisou produções científicas que tratam do tema da inclusão na Educação Infantil, tendo como referencial teórico a Teoria Histórico-Cultural.

Abordar o tema dos desafios da inclusão na Educação Infantil é relevante à medida que entendemos que os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento integral das crianças. Portanto, esta etapa representa um papel significativo na promoção da igualdade de oportunidades de aprendizagem e por isso precisa ser um ambiente educacional que acolha e atenda às diversas necessidades das crianças. Assim, a presente pesquisa é relevante por destacar a necessidade de garantir o direito a uma educação de qualidade para todas as crianças desde os primeiros dias de vida, independente de sua condição.

A seguir, o artigo está estruturado em quatro partes. A primeira parte aborda sua fundamentação teórica na Teoria Histórico Cultural. A segunda trata da metodologia utilizada, a revisão narrativa. Na terceira parte são apresentados os resultados da pesquisa realizada e sua discussão. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

2. Fundamentação teórica

Na Educação Infantil, nesse período inicial de vida da criança é importante ressaltar como é essencial e indispensável a parceria de todos os envolvidos no processo educativo. Para descartar essa importância, os tópicos a seguir demonstram a necessidade da inclusão durante essa etapa de vida crucial das crianças.

2.1 O que é a inclusão

O conceito de inclusão na educação não se limita apenas à criança, mas também envolve a modificação dos ambientes de aprendizagem. Ele enfatiza a importância de uma educação adequada, que respeite as capacidades e necessidades individuais de cada criança, levando em consideração também as características e necessidades dos ambientes onde as crianças interagem. Inclusão significa que todas as crianças aprendam juntas, respeitando suas diferenças. Segundo Baptista (2013, p. 2), uma educação inclusiva é: “um direito fundamental de todas as crianças. Enquanto direito fundamental, o direito à inclusão não pode ser negado a nenhum grupo social nem a nenhuma faixa etária. A inclusão garante que todos os alunos, independentemente das suas características e diferenças, acessem a uma educação de qualidade e vivam experiências significativas”.

Nesse sentido, a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil é de fato um tema complexo e requer atenção e sensibilidade por parte dos pais e professores. Ambos enfrentam desafios ao lidar com as necessidades das crianças, exigindo um processo contínuo de reflexão e aprendizado. A falta de informação e os estigmas sociais em torno da deficiência e do que seria ideal podem gerar ansiedade e incertezas nos professores também, mas é crucial buscar capacitação e apoio adequados. Combater os preconceitos e promover a conscientização são passos essenciais para criar um ambiente inclusivo e enriquecedor para todas as crianças.

No âmbito da educação, a legislação em vigor aponta para a inclusão escolar de crianças desde a primeira etapa da educação básica, ao preconizar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), artigo 29, Seção II, que a educação especial, modalidade de educação escolar oferecida para educandos com necessidades especiais, reforça a importância de garantir um ambiente educacional inclusivo e de qualidade desde os primeiros anos de vida, que por fim valorizem as diferenças individuais e o desenvolvimento integral da criança.

O decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Este decreto é de extrema importância e tem como objetivo promover as condições de igualdade, todos os direitos humanos e liberdade fundamental para as pessoas com deficiência, a fim de eliminar discriminações e garantir a participação efetiva na sociedade, além de assegurar o acesso a serviços, oportunidades e ambientes adaptados às necessidades dessas pessoas.

Já o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 oficializa a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Com esse decreto é possível promover um compromisso dos direitos humanos e inclusão da pessoas com deficiência assegurando a eliminação de barreiras garantir a participação plena na sociedade e promover a acessibilidade, além de proteger contra abusos e discriminação.

Com o objetivo de assegurar uma educação inclusiva e de qualidade, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (Brasil, 2008) é responsável por promover a oferta de serviços de apoio educacional especializado, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem desses alunos nas classes comuns do ensino regular, promovendo a igualdade de oportunidades, bem como a eliminação de barreiras, para que desse modo os estudantes possam desenvolver seu potencial.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, no 13.146/2015 (Brasil, 2015), busca garantir a inclusão social e cidadania plena e efetiva, estabelecendo um conjunto de medidas que são destinadas a promover em condições de igualdade, os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.

Pensar sobre educação inclusiva requer a memória de que se trata de um movimento mundial, como “ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo, participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Brasil, 2010, p. 9). Portanto, não se trata de concessão ou de movimento natural, dado, mas de avanço no campo dos direitos humanos e da luta dos coletivos das pessoas com deficiência para serem ouvidas e verdadeiramente incluídas, não como favor, mas como direito (Miranda, 2020, p. 174).

2.2 O que é a Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação Básica no sistema educacional, destinado às crianças com idades entre zero e cinco anos de idade. Segundo a LDB (Brasil, 1996), a Educação Infantil “sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Nesse sentido, a Educação Infantil é uma etapa crucial no desenvolvimento integral da criança, onde são proporcionadas experiências de aprendizagem que contribuem para seu crescimento físico, emocional, social e cognitivo. Nesse período, são oferecidos estímulos adequados ao estágio de desenvolvimento infantil, por meio de atividades lúdicas, brincadeiras, interações sociais e experiências sensoriais. Além disso, a Educação Infantil também desempenha um papel fundamental na socialização da criança, na construção de sua identidade e autonomia, e na formação de valores e atitudes positivas em relação ao aprendizado e à convivência em sociedade. A Educação Infantil é oferecida em creches e pré-escolas, sendo pautada por diretrizes curriculares e legislação específica que garantem sua qualidade e adequação às necessidades das crianças nessa faixa etária.

Entre os documentos que balizam esta etapa podemos citar dois que se destacam, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009 que estabelecem que as propostas pedagógicas deve garantir práticas que possibilite às crianças aprender a questionar, respeitar e acolher as diferenças, além de auxiliar na formação da sua identidade.

E o segundo documento que queremos destacar é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 que propõe que o trabalho com as crianças aconteça justamente na

perspectiva da integralidade do ser humano e por meio de experiências que sejam significativas para as crianças. Assim, existem seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos: conviver, brincar, participar, explorar e expressar, conhecer-se. Esses seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento garantem que as crianças aprendam e se desenvolvam ativamente construindo sentidos a respeito de si, daqueles que estão próximos dela, da sociedade e do mundo natural.

2.3 A Teoria Histórico-Cultural e sua perspectiva sobre o desenvolvimento humano

Para Vigotski, a criança se constitui como pessoa em uma cultura específica, sendo influenciada e influenciando as relações sociais e culturais. Vigotski é um dos autores que analisa as concepções de desenvolvimento e aprendizagem subjacentes a algumas teorias psicológicas de sua época e suas possíveis implicações educacionais. O autor divide as teorias que explicam a relação entre desenvolvimento e aprendizagem em três categorias fundamentais – a concepção inatista, a concepção empirista/ambientalista e a concepção dualista –, reconhece que, nessas concepções, há uma compreensão maturacionista do desenvolvimento e crítica tais abordagens:

Segundo essas teorias, a aprendizagem é um processo puramente exterior, paralelo, de certa forma, ao processo de desenvolvimento da criança, mas que não participa ativamente neste e não o modifica absolutamente: a aprendizagem utiliza os resultados do desenvolvimento, em vez de se adiantar ao seu curso e de mudar a sua direção (Vigotski, 1988, p.103).

Ainda se referindo ao autor, ele não só analisou tais teorias como também as criticou, principalmente no que se refere às suas implicações pedagógicas (Ferreira; Picchetti, 2013). Apesar de as teorias inatistas e ambientalistas do desenvolvimento humano guardarem muitas diferenças entre si, apresentam um ponto em comum que parece aproximá-las mais do que as suas diferenças podem afastá-las: trata-se de suas concepções deterministas e a-históricas do desenvolvimento humano (Ferreira; Picchetti, 2013).

Antes de mais nada, a teoria histórico-cultural não é uma metodologia nova ou um conjunto de técnicas para auxiliar a prática pedagógica, mas é, fundamentalmente, uma forma de entender o homem naquilo que ele é e naquilo que ele pode vir a ser. Trata-se, em essência, da elaboração das questões psicológicas sobre o que se desenvolve no homem e como se desenvolve, a partir da explicitação e da defesa de uma certa concepção de mundo e de homem: ambos essencialmente históricos (Ferreira; Picchetti, 2013).

Assim, entender o que seja o desenvolvimento infantil na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural implica assumir que: a) existe uma linha histórico-cultural do

desenvolvimento que se diferencia de sua linha biológica, b) para desenvolver-se culturalmente, é preciso apropriar-se dos significados historicamente produzidos nas atividades humanas. Ao postular a existência de uma linha biológica e de uma linha histórica no processo de desenvolvimento humano, Vigotski procura ressaltar os aspectos essenciais que fizeram e fazem o homem constituir um ser cultural, o que nos indica a possibilidade de intervenções conscientes no processo de formação de cada um.

3. Método

A presente pesquisa é uma revisão narrativa, de abordagem qualitativa, que visa discutir a questão da inclusão na Educação Infantil. Os autores foram levantados a partir da pesquisa no Google Acadêmico e selecionados por relevância.

A abordagem qualitativa tem uma ampla aplicação em diversas disciplinas. Enquanto o termo sugere uma abordagem específica de investigação, sua interpretação e prática variam significativamente entre diferentes campos, como sociologia e psicologia. Por exemplo, na psicologia, a pesquisa qualitativa pode assumir formas distintas, como clínica e experimental, cada uma empregando métodos contrastantes para investigar fenômenos específicos (Yin, 2016). Essa diversidade desafia a formulação de uma definição essencial e precisa, pois uma definição muito ampla pode parecer vaga, enquanto uma definição muito específica pode excluir determinadas nuances.

Segundo Neves (1996) a abordagem qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Ainda segundo Maanen (1979) esta abordagem tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

Dentre os diferentes tipos de metodologias para se realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa estão: a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a etnografia. A seguir, abordaremos mais sobre a pesquisa bibliográfica.

3.1 O que é e quais os tipos de pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida por base de textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resumos, resenhas. Atualmente, prevalece a compreensão de que os artigos científicos constroem o foco primeiro dos pesquisadores, pois é neles que se pode encontrar conhecimento científico atualizado. Os livros utilizados se caracterizam por leitura corrente e de referência, são utilizados para

construir uma leitura mais refletida, realizada com preocupação, realização de resumos, comentários e discussão, e, a leitura de referência, são livros de consulta, pesquisa, como dicionários, enciclopédias, relatórios de determinadas instituições (Andrade; Maria, 2021).

É importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica, em alguns casos, pode compreender até oito fases diversas: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação e redação. Destas, vamos destacar somente a primeira fase.

A escolha do tema é o primeiro passo para o desenvolvimento de todo o processo, o tema é o assunto que se deseja desenvolver; “é uma dificuldade, ainda sem solução, que é mister determinar com precisão, para intentar, em seguida, seu exame, avaliação crítica e solução” (Asti Vera, 1976, p. 97). Para realizar tal escolha, é necessário considerar alguns critérios. Deve-se evitar assuntos sobre os quais recentemente foram feitos estudos, o que torna difícil uma nova abordagem. Além disso, não há necessidade de duplicação de estudos, uma vez que há uma vasta gama de temas a serem pesquisados. Embora a escolha do tema possa ser determinada ou sugerida pelo professor ou orientador, quando se trata de um principiante, o mais frequente é a opção livre. As fontes para a escolha do assunto podem originar-se da experiência pessoal ou profissional, de estudos e leituras, da observação, da descoberta de discrepâncias entre trabalhos ou da analogia com temas de estudo de outras disciplinas ou áreas científicas. Após a escolha do assunto, o passo seguinte é a sua delimitação. É necessário evitar a eleição de temas muito amplos que ou são inviáveis como objeto de pesquisa aprofundada, ou que conduzam a divagações, discussões intermináveis, repetições de lugares-comuns ou “descobertas” já superadas (Andrade; Maria, 2021).

O objetivo da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com o máximo de informações disponíveis sobre o tema descrito (Andrade, 2021). Para Manzo (1971, p. 32), a bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas em que os problemas não se cristalizaram suficientemente” e tem por objetivo permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (Trujillo Ferrari, 1974, p. 230). Por fim, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que favorece o exame de um tema sob nova perspectiva ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

É preciso destacar ainda que a pesquisa bibliográfica pode ser realizada a partir de diferentes métodos. Para o presente trabalho, utilizaremos a revisão narrativa ou tradicional.

3.2 O que é revisão narrativa ou tradicional

Ao descrever a revisão narrativa, também conhecida como tradicional, é possível citar que se trata de um método mais flexível de coleta e análise de produções científicas, comparando com a revisão sistemática, que segue protocolos rigorosos na seleção de fontes bibliográficas. Apesar de não se encontrar uma extensa literatura a respeito desse método, autores como Cordeiro et al. (2007) e Ribeiro (2014) a descrevem como um procedimento menos rigoroso na seleção das fontes bibliográficas, tornando-a mais acessível a pesquisadores iniciantes. Trata-se de uma forma abrangente de consulta às produções e interpretações mais amplas. Para Ribeiro (2014), a revisão narrativa ou tradicional tem a preocupação primária de fornecer "sínteses narrativas", que permitem compilar conteúdos de diferentes obras, apresentando-as para o leitor de forma compreensiva e sem o compromisso de descrever critérios de coleta e seleção das obras incluídas (Batista, 2021).

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam precisamente a metodologia para busca de referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura escolhida de maneira pessoal (Rother, 2007).

4. Resultados e discussão

Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934) é considerado um dos fundadores da Educação Especial na Rússia, morreu antes do início dos movimentos em prol da inclusão social de pessoas com deficiência (Miranda, 2020). Em seus textos, são encontradas ideias muito à frente do seu tempo e bastante condizentes com as atuais discussões acerca do tema, como a crítica à escola especial segregatória, processos educacionais apoiados na filantropia e no modelo médico, a busca pela normatização do comportamento. No início do século XX, na Rússia, o termo empregado ao estudo da deficiência era defectologia. Vigotski, um dos grandes pesquisadores, entendia – e ensinava – que o defeito, estava relacionado a condições físicas, intelectuais, orgânicas ou biológicas que eram vistas como desvios da norma física ou funcional. De acordo com Van der Veer e Valsiner (2014), os primeiros escritos de Vigotski sobre defectologia datam de 1924-1925, com ênfase na importância da educação social de crianças com deficiência e no seu potencial para o desenvolvimento. Esses escritos orientavam que o estudo deve partir das leis comuns do desenvolvimento infantil para então

se dedicar a suas peculiaridades. Isso porque, para Vigotski (1997), "a criança com deficiência é, antes de tudo, uma criança" (Miranda; Sá, 2020, p. 176).

No entanto, a concepção de que a deficiência não é uma condição inerente, mas sim uma resultante das barreiras impostas pela sociedade, que limitam a participação plena das pessoas com desenvolvimento diferente (Miranda, 2020). Para isso, destaca-se a importância de garantir que todos os indivíduos tenham acesso igualitário aos recursos culturais e às relações sociais em condições de igualdade. A defesa de que as pessoas não são deficientes, mas sim têm deficiências, reforça a necessidade de uma abordagem inclusiva que reconheça e valorize a diversidade de características humanas. Essa perspectiva destaca a responsabilidade da sociedade em criar um ambiente que promova a participação e o usufruto dos direitos por parte de todos os seus membros, independentemente de suas características individuais.

Exatamente por acreditar que não se trata de um desenvolvimento menor, mas diferente, Vigotski (1997) via a educação como um processo fundamental para possibilitar o desenvolvimento das qualidades humanas e mais necessário para a criança com deficiência do que para aquela que segue um desenvolvimento típico, dentro do esperado. Portanto, é impossível imaginar ter seu acesso negado. E o acesso não se resume à matrícula. Por vezes, as crianças com deficiência estão nas instituições coletivas de educação, mas alijadas dos processos educativos, restritas às atividades "sociais" e pintura de desenhos feitos por outras pessoas (Miranda, 2020). Vigotski (2011, p. 869) denunciou o fato de que a psicologia da criança com deficiência "foi construída, em geral, pelo método da subtração das funções perdidas em relação à psicologia da criança normal". Para ele, não se trata de medir quantitativamente o que tem ou o que falta, mas de observar qualitativamente as possibilidades de cada criança e, por meio da educação, ajudá-la no processo de desenvolvimento (Miranda, 2020).

No cotidiano escolar, o que encontramos são instituições ainda despreparadas, seja na estrutura física como na formação dos profissionais da educação. Essa situação torna-se mais agravante na Educação Infantil, pois a maioria das crianças que apresentam necessidade especial não consegue o diagnóstico, muitas vezes por resistência dos familiares que não o aceitam, o que dificulta o trabalho pedagógico.

Diante destes desafios, reconhecemos que o profissional da educação, assim como os de outras áreas, precisa se atualizar, buscando possibilidades de promover a inclusão propriamente dita, e garantir a essas crianças o direito à educação, respeitando a singularidade de cada criança, como nos diz o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Brasil, 1998, p. 36) "o principal desafio da Escola Inclusiva é

desenvolver uma Pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças” (Santos, 2017).

Os resultados da pesquisa da autora de percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência demonstram que os dados sinalizaram uma vinculação do conceito de deficiência à ideia de incapacidade, diferença e anomalia. No entanto, alguns profissionais disseram ter dificuldade para definir deficiência, relatando, em alguns casos, que todas as pessoas em alguma medida possuem características diferentes que dificultam certas atividades. Anjos, Andrade e Pereira (2009) encontraram resultados semelhantes em relação às concepções de normalidade e deficiência, ou seja, parte dos participantes questiona a ideia de normalidade, colocando que as pessoas só são normais até certo ponto. Através de pesquisas da autora realizadas pelos professores, o conceito de deficiência é como característica humana geral, mas distinguem alunos com uma deficiência mais aguda. Verificou-se, nas entrevistas com os professores, que na definição de deficiência mental, o problema está na criança, é parte dela, tornando-se difícil modificar o quadro apresentado. Sousa (2008) descreve resultados nos quais a deficiência mental é percebida como uma condição determinada por variáveis orgânicas, principalmente por professores de classe comum. Verificou que há predominância da ideia de que na escola ocorre a aprendizagem parcial dos conteúdos, tanto por parte dos professores de atendimento educacional especializado como dos de classe comum, sendo que as justificativas relacionavam-se às condições da escola e às condições dos próprios sujeitos, sendo que estas prevalecem. A autora mostra que o tempo de aprendizagem do aluno com deficiência mental é mais lento que o da maioria dos alunos, havendo necessidade de superar o modelo atual de ensino e promover uma reflexão ampliada que analise "as bases filosóficas que sustentam essa forma de conceber a deficiência mental e, conseqüentemente, suas resultantes educacionais" Sousa (2008, p.105).

Ainda se tratando do tema da pesquisa da autora, é preciso analisar as deficiências visuais e auditivas, apesar do fator de diferença estar no indivíduo, os participantes da pesquisa consideram a possibilidade de um ambiente modificado e apropriado para possibilitar seu desenvolvimento cognitivo e social. Nessas, as dificuldades relacionadas à falta de recursos materiais são citadas como problema para o desenvolvimento da aprendizagem. Maruyama, Sampaio e Rehder (2009) em uma pesquisa sobre a percepção de professores sobre a deficiência visual, verificaram que a maioria acredita que o aluno com baixa visão tem dificuldades para aprender. Para Lacerda (2006, p. 176) a inclusão do aluno surdo é pouco responsável e que "a desinformação dos professores e o desconhecimento sobre

a surdez e sobre modos adequados de atendimento ao aluno surdo são frequentes" . Se tratando da deficiência física, embora seja a mais visível, os problemas que dificultam a aprendizagem ficam associados diretamente à falta de recursos materiais e de organização do espaço físico, ou seja, embora a deficiência esteja na criança, não seria ela a causa das dificuldades de aprendizagem, mas sim a falta de adaptação do meio em que ela vive.

Em relação aos aspectos que interferem na inclusão, os professores participantes da pesquisa da autora ressaltaram a necessidade de mudanças no espaço físico que, principalmente, facilitem a inclusão de crianças com deficiência física e com deficiência visual. As sugestões apresentadas por eles envolvem colocação de rampas, piso antiderrapante, portas mais largas, banheiro adaptado, corrimão, adaptações no mobiliário, colocação de indicações através de sinais (para deficientes auditivos), adaptação dos brinquedos do parque. Quanto aos recursos materiais necessários para facilitar o processo de inclusão e aprendizagem, os professores citam principalmente livros em Braille e equipamentos para o deficiente auditivo. Em todos os grupos de professores, aparecem respostas que consideram não haver necessidade de recursos materiais diferenciados para as crianças deficientes. Alguns professores de escola especial e de classe com inclusão admitem ter materiais diferenciados para o trabalho com a criança especial, mas relatam não saber como usá-los na prática. Segundo Manzini (2005), em se tratando de ambiente de ensino acadêmico, a adaptação de recursos pedagógicos seria uma possibilidade para que questões como manuseio e aprendizagem pudessem caminhar juntas, sendo que a adaptação de um recurso pedagógico favorece todos os alunos, quer com deficiência física quer sem deficiência, em um mesmo espaço e tempo.

No estudo de Manzini (2005) sobre a convivência entre crianças com e sem deficiência e o papel do professor na educação infantil contribui para o entendimento de que a inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares ainda suscita várias incertezas por parte das escolas e falta de acolhimento às famílias. Entretanto, pelos achados da pesquisa, o convívio entre crianças com e sem deficiência se mostra rico em experiência para todos os envolvidos: crianças, professores, escola e famílias. As entrevistadas para a pesquisa realizada sobre a convivência entre criança com e sem deficiência concordam que há ganhos tanto para as crianças com deficiência, quanto para as que não apresentam deficiência. Esses pontos positivos estão relacionados ao convívio que proporciona a possibilidade de lidar com as diferenças e aprender com elas. O que pode ser explicitado no seguinte excerto da entrevista da coordenadora pedagógica Luciana:

"Eu acho que numa escola como a nossa que tem uma proposta mais cooperativa, eu tenho clareza que a sala mista traz benefícios para todo mundo no sentido de poder olhar o Outro que é diferente de mim, com coisas melhores que as minhas ou com coisas piores que as minhas [...] Eu olhando pro Outro, eu consigo identificar melhor meus pontos fortes e meus pontos fracos. Eu acho que numa proposta cooperativa é isso." (Manzini (2005).

O respeito no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento de relações saudáveis. Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p. 22) identificam que a inclusão desenvolve, nas crianças sem e com deficiência, atitudes positivas com relação ao Outro, “habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida na comunidade”. Nesse impasse, alguns defendem que a criança com deficiência deve estar na escola apenas para socializar. Enquanto que os autores defendem que ela, mesmo que não consiga aprender todo o conteúdo, deve estar na escola para desenvolver habilidades acadêmicas e não somente sociais. Por outro lado, os locais segregados, aqueles exclusivamente para pessoas com deficiências são prejudiciais em função de serem mais um local de cuidado do que de aprendizado, na visão dos autores. (Silva, 2018, p.110).

Com relação aos pontos positivos para as crianças sem deficiência no convívio com crianças com deficiência, as entrevistadas ressaltam que, a partir de uma Educação Inclusiva, elas se constituirão pessoas mais abertas à diversidade, mais respeitosas, mais compreensivas, com menos preconceitos e entendendo que cada pessoa tem um ritmo diferente (Silva, 2018, p.112). E para as crianças com deficiência o principal ponto positivo é o convívio com crianças que se comportam conforme a normalidade, pois servem de espelho e de desafio. Ao perceberem seus colegas se desenvolvendo, aprendendo, a criança com deficiência pode entender que também tem condições de fazê-lo. (Silva, 2018, p.112).

Em relação às considerações finais da pesquisa da autora, é possível entender algumas das relações que se apresentam entre as crianças com deficiência e as que têm desenvolvimento típico. Da mesma forma, o artigo entende a escola regular como um espaço propício para o desenvolvimento das crianças com e sem deficiência. Pelo convívio entre as crianças é que se dá o aprendizado sobre o respeito e celebração das diferenças. Vale ressaltar que o ambiente da escola deve ser propício para que essa experiência seja positiva e desenvolva as crianças. A escola deve ser um lugar em que se acredite nas possibilidades de cada criança e não na homogeneização. Nesse sentido, o papel do adulto é fundamental no momento em que lança mão de estratégias diferentes para promover o aprendizado. Da mesma forma que não espera que todos tenham o mesmo ritmo, interesses, vontades, necessidades, que saiba respeitar as diferenças equalizando o olhar para o indivíduo e para o grupo. O professor é quem está mais próximo do grupo misto de crianças para apoiar a

interação entre elas, buscando que todas as crianças tenham as mesmas possibilidades de aprendizado pela brincadeira, pelo convívio, pelas propostas dirigidas ou mais livres. (Silva, 2018, p.116).

5. Conclusões

Neste trabalho, foi apresentado a importância da inclusão das crianças na Educação Infantil, levando em consideração as práticas pedagógicas, políticas públicas e os impactos dessa inclusão no desenvolvimento integral das crianças. Portanto, a educação inclusiva tem como principal objetivo contribuir para que os estudantes cresçam não apenas intelectualmente, mas também social e emocionalmente. Isso também visa promover uma sociedade livre, justa e solidária. Além dos resultados demonstrarem que a inclusão beneficia não apenas as crianças com necessidades especiais, mas também todas as crianças envolvidas no processo, ao observar um ambiente de diversidade e respeito às diferenças.

A inclusão na Educação Infantil é um tema de suma importância que exige sensibilidade e compromisso por parte de todos. Não somente se trata apenas de garantir a presença de crianças com deficiência nas salas de referência, mas sim de criar ambientes de aprendizagem que respeitem e valorizem as diferenças individuais. Isso impacta não apenas em adaptar as práticas pedagógicas, mas também em promover uma mudança de percepção em relação às diversidades, pois essas práticas inclusivas contribuem de forma significativa para o aumento de autoestima, empatia e habilidades sociais. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 6º reforça de forma expressa o direito social à educação. Embora existam políticas públicas que incentivam a inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, ainda há muitos desafios para serem enfrentados em diversos ambientes escolares e mostram que é possível superar os obstáculos com compromisso e dedicação.

A Teoria Histórico-Cultural de Vigotski (2012) enfatiza a influência do contexto cultural no desenvolvimento humano. Nesse sentido, a inclusão não se limita apenas ao aspecto educacional, mas também tem implicações sociais, emocionais e cognitivas para as crianças. Estar em um ambiente inclusivo proporciona oportunidades de interação com colegas diversos, estimula o pensamento e promove o bem-estar das crianças.

Vale ressaltar a importância da pesquisa bibliográfica, pois é uma ferramenta imprescindível para a compreensão das questões relacionadas sobre a inclusão na Educação Infantil. Por meio desta, é possível adentrar um amplo nível de conhecimentos e analisar diferentes óticas sobre o tema. A revisão narrativa, em particular, permite uma abordagem

mais flexível, possibilitando a compilação e discussão de conteúdos de diversas fontes bibliográficas.

Em suma, a inclusão na Educação Infantil é um processo complexo que demanda o envolvimento de todos na área educacional, cabe destacar também a superação dos estigmas sociais, buscar capacitação e promover a conscientização para criar ambientes escolares verdadeiramente inclusivos. Ao garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida, além de ajudar a construir uma sociedade mais livre, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; NASCIMENTO, Carolina Picchetti; **Criança não é Manga, não Amadurece: Conceito de Maturação na Teoria Histórico-Cultural**. 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1i4UTrMnCcRkqOjGPmdnMXcxxWK1ZfBQ1/view>>. Acesso em 30 mai 2024.

BATISTA, Leonardo dos Santos; KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 8, p. 1-17, 2021. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113/235>>. Acesso em: 02 mar 2023.

BRANDÃO, Maria Teresa; FERREIRA, Marco. **Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil**. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/RdYKyf485LtXLGjN6n5yKtn/>>. Acesso em: 20 mai 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.956 de 08 de Outubro de 2001**. Promulga a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3956&ano=2001&ato=2ddc3aU90MNpWT27d>>. Acesso em 24 de Jul de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.949 de 25 de Agosto de 2009**. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6949&ano=2009&ato=8dec3Y61UeVpWT233>>. Acesso em 24 de Jul de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4aUTW65UNVpWT495>>. Acesso em: 24 Jul de 2024.

MIRANDA, Maria Auristela; SÁ, Antônio Villar. **Atendimento Educacional Especializado para a primeiríssima infância: O Programa de Educação Precoce no Distrito Federal**. p. 174-179. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GI2fx7-f7mjLV7dnVyVEdSidycpGd9rb/view?usp=drive_link>. Acesso em: 20 mai 2024.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 15, n. 3, p. 671-682, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v15n3/v15n3a09.pdf>>. Acesso em: 02 mar 2023.

ROTHER, Edna Terezina. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 1-2, 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 02 mar 2023.

SANTOS, C. S.; ALMEIDA, Y. de S. **Inclusão na educação infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, p. 1423–1432, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n3.2017.10170. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10170>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SILVA, Marcelo Oliveira. **A convivência entre crianças com e sem deficiência e o papel do professor na educação infantil**. 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906010/313154906010.pdf>>. Acesso em: 22 mai 2024.

SOUSA, L. M. M; et al. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação**, v. 1, n.1, p. 45-54, 2018. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25938/1/rperv1n1%2Cp.45-54.pdf>>. Acesso em: 02 mar 2023.

VIEIRA, Débora Cristina Sales da Cruz. Apontamentos teóricos sobre educação, cuidado e desenvolvimento de crianças na Teoria Histórico-Cultural. In: Débora Cristina Sales da Cruz Vieira; Rhaisa Naiade Pael Farias; Simão de Miranda. (Org.). **Educação Infantil na perspectiva histórico-cultural: concepções e práticas para o desenvolvimento integral da criança**. 1ed.São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 63-78.

VITTA, Fabiana Cristina; VITTA, Alberto; MONTEIRO, Alexandra. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência**. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/PsNC5CVH8MCHPRccP3tvKJS/>>. Acesso em: 22 mai 2024.